

編號：第 730/2022 號(刑事上訴案)

日期：2023 年 11 月 30 日

重要法律問題：

- 欠缺理由說明之裁判無效
- 適用法律錯誤
- 獲證明之事實上之事宜不足以支持作出該裁判

摘 要

根據《刑事訴訟法典》第 360 條第 1 款 a 項及第 355 條第 3 款 b 項規定，導致判決無效的是未載有有罪決定或無罪決定的內容，而內容含糊(*obscuridade*)非為導致判決無效的理由。

裁判書製作人

周艷平

澳門特別行政區中級法院 合議庭裁判書

編號：第 730/2022 號(刑事上訴案)

上訴人/嫌犯：A

被上訴人/輔助人：B

日期：2023 年 11 月 30 日

一、 案情敘述

在初級法院第 CR3-22-0111-PCS 號獨任庭普通刑事案中，法院於 2022 年 7 月 7 日作出判決，裁定：

- 嫌犯 A 以直接正犯及既遂方式觸犯一項《刑法典》第 174 條第 1 款結合第 178 條及第 129 條第 2 款 h)項所規定及處罰之「加重誹謗罪」，罪名成立，基於符合《刑法典》第 174 條第 2 款 a)項及 b)項的要求而不予處罰。
- 駁回民事原告針對民事被告的所有訴訟請求。

*

上訴人 A 不服，向本院提起上訴（上訴理由闡述載於卷宗第 308 頁至第 326 頁）¹

¹ 上訴人提出一下上訴理由（上訴理由闡述之結論部分）：
Conclusões：

-
- A- Vem o presente recurso interposto da sentença de proferida pelo Tribunal Judicial de Base nos presentes autos, da qual não é possível depreender se a Recorrente foi condenada ou absolvida pelo crime de difamação, p.p. pelo artigo 174.º do CP que lhe é imputado.
- B- A decisão proferida pelo Tribunal *a quo* não determinou inequivocamente se a ora Recorrente foi condenada ou absolvida do crime pelo qual foi julgada, tendo utilizado simultaneamente as expressões "condena" (罪名成立) e "não é punível" (不予處罰).
- C- A sentença recorrida é, por isso, obscura, uma vez que o Tribunal considerou que os factos provados em causa correspondem à causa de justificação do n.º 2 do art. 174.º do CP mas sem determinar expressamente a absolvição da Recorrente do crime de difamação agravada.
- D- Aliás, é de referir que tal é a obscuridade da decisão recorrida, que a Assistente, após ser notificada da mesma, tem divulgado junto de ex-colegas de trabalho da Recorrente que esta foi "condenada".
- E- Com efeito, a falta da decisão de condenação/absolvição expressa constitui nulidade da sentença, uma vez que a menção de decisão condenatória ou absolutória é uma menção obrigatória, conforme resulta do art. 360.º, n.º 1, a) em conjugação com o art. 355.º, n.º 3, al.b) do CPP, nulidade essa que, desde já, se invoca.
- Subsidiariamente, e no caso de se considerar que a decisão recorrida é uma decisão condenatória (o que se rejeita),
- F- A decisão recorrida está inquinada do vício de erro de direito (art. 400.º, n.º 1 do CPP) por, nos termos do artigo 174.º, n.º 1 conjugado com os artigos 178.º e 129.º, n.º 2, alínea h) do Código Penal, estarem preenchidos os requisitos das alíneas a) e b) do n.º 2 do artigo 174.º do Código Penal, o que determina que a conduta não é punível, implicando a absolvição da Recorrente.
- G- O Tribunal *a quo* determinou que a conduta da Recorrente "não é punível" por estarem preenchidos os requisitos da alínea a) e b) do n.º 2 do artigo 174.º do CP como causa da exclusão mas, ao mesmo tempo, utilizou a expressão "condenar".
- H - Se um facto "não é punível, não se pode "condenar"; inversamente, se um facto "não é punível", a Arguida tem de ser absolvida.
- I- Considerando que a existência da ilicitude é um dos pressupostos necessários para a condenação criminal, e considerando também que, neste caso, se considerou expressamente ter sido excluída a ilicitude dos factos praticados pela Recorrente, salvo devido respeito, a consequência natural seria a absolvição da mesma e não a condenação.
- J- O que, por sua vez, nos remete para o disposto no artigo 30º, n.º 1 do Código Penal que determina que: "O facto não é punível quando a sua ilicitude for excluída pela ordem jurídica considerada na sua totalidade."
- K- Assim, subsidiariamente à alegação de nulidade e apenas no caso de este Venerando Tribunal de Segunda Instância entender que a decisão recorrida é uma decisão condenatória, estará essa decisão viciada de erro de direito (artigo 400.º, n.º 1 do CPP), por condenar a Recorrente num crime de difamação, p.p. pelo artigo 174.º do CP, apesar ter considerado que estavam preenchidas as causas de exclusão a que se referem as alíneas a) e b), do n.º 2 do mesmo artigo 174.º do CP, caso em que se requer que seja a decisão alterada em conformidade, absolvendo-se a Recorrente do crime em que foi condenada pelo Tribunal *a quo*.

Subsidiariamente também,

- L- A decisão recorrida está inquinada do vício de insuficiência para a decisão da matéria de facto provada (art. 400.º, n.º 2, al. a) do CPP), por terem sido dados como não provados os factos n.ºs 5 e 6.º da acusação do Ministério Público e 33.º, 34.º e 35.º da Acusação

*

駐初級法院刑事法庭的檢察院代表作出答覆，認為上訴人的上訴理據不成立，應予以駁回（詳見卷宗第 340 頁至第 343 頁）。

檢察院提出以下理由（結論部分）：

1. 我們根據上級法院多項司法判決的司法見解，法院在作出決定，包括事實上及法律的決定必須有最少限度的說明理由，如涉及判決書，必須列舉所證事實、未證事實，證實及未證事實所依據以及對適用法律

Particular, relativos ao elemento subjectivo do crime de difamação, p.p. pelo art. 174.º, n.º1 do CP.

M- De notar que resulta da prova produzida em julgamento, nomeadamente, das declarações prestadas pelas testemunhas C e D, que a Arguida não comunicou com outras pessoas a não ser com o seu marido que a foi encontrar no hospital depois de ter tomado conhecimento que a Arguida se teria sentido mal.

N- Ou seja, NÃO foi provado o facto que a Arguida tinha agido com dolo e fez qualquer imputação contra a assistente perante o público, tão pouco, com intenção de a tornar pública perante terceiras pessoas, e essa falta de prova fez mesmo com que os factos relativos ao dolo fossem expressamente dados como "não provados" (cfr. factos não provados n.ºs 5 e 6.º da acusação do Ministério Público e 33.º, 34.º e 35.º da Acusação Particular).

O- Para haver lugar a preenchimento do elemento subjectivo de crime é necessário que seja doloso o cometimento, sendo que no crime de difamação exige que o agente tenha conhecimento que o seu comportamento possa lesar a honra de outrem, salvaguardando-se ainda que, só poderão então preenchidos os elementos atinentes à prática de um crime de difamação se a conduta do agente, da Arguida, for voluntária, espontânea e alicerçada no seu livre arbítrio.

P- Sucede que, dos presentes autos e da factualidade em causa nos mesmos, nada resulta no sentido de que a Arguida, ora Recorrente, agiu com dolo nem tinha feita imputação que não correspondesse à verdade, e por isso, seria susceptível de consubstanciar um juízo de depreciativo da honra, bom nome e reputação da assistente.

Q- Assim, atendendo à factualidade em causa e à circunstância de se terem dados como não provados os factos relativos ao elemento subjectivo do crime aqui em análise, verificar-se-á a insuficiência da matéria de facto para uma eventual decisão condenatória (sendo que, como vimos, dada a obscuridade da sentença, ficamos sem saber se estamos perante uma decisão condenatória ou não).

R - Assim, tendo em conta que não foram provados os elementos subjectivos do crime, está a decisão recorrida inquinada do vício de insuficiência para a decisão da matéria de facto provada (art. 400.º, n.º 2, al. a) do CPP), vício esse que também se invoca, a título de alegação subsidiária e que deverá determinar a absolvição da ora Recorrente, o que se requer.

的簡單說明理由。

2. 被上訴的原審法院判決書有以下的說明理由過程：

除了列舉的已證事實、未證事實，指出形成法院心證所依據的證據，亦作出了撮要的分析。

3. 原審法院根據所得之證據，包括嫌犯、各證人之聲明及卷宗內的書證；原審法院是依據經驗法則，得以證明上訴人被控告觸犯的《刑法典》第 174 條第 1 款結合第 178 條及第 129 條第 2 款 h) 項所規定及處罰的「加重誹謗罪」的事實。

4. 我們從原審法院判決書可以看到，其法律適用和有罪決定的說明理由是充分的，並不存在上訴人所指的瑕疵，因而沒有違反《刑事訴訟法典》第 355 條第 3 款情況。

5. 原審法院對本案證據之認定，是經過嚴謹審查：綜合上訴人的聲明陳述，案中各證人對事實陳述之經過，以及附於卷宗的大量書證，依經驗法則，自由心證是在嚴謹的證據和證人客觀陳述下，再據以認定，原審法院對嫌犯、證人陳述作出全面評價和深入分析始形成心證。

6. 原審法院在事實的判斷方面，確認嫌犯在山頂醫院急診室作了初步檢查後在看見自己丈夫來到時，在 XX 學校兩名陪同老師在身旁情況下，在這公眾可進入處所並以公開形式說過：“XX 學校校長欺凌我”，這些說話至少令嫌犯身旁兩名陪同老師同時聽到，隨後並向輔助人作出匯報和作成記錄。

7. 我們知道，在證據的審查方面，澳門刑事訴訟法奉行自由心證原則，法官根據一般經驗法則和其自由心證對呈堂證據所作評價，除非

明顯違背證據限定規則或明顯違背一般經驗法則，否則其心證不應受到質疑。

8. 在本案，上訴人只是單純以其認為應予以認定的事實來質疑原審法院對事實的認定，以表達他對法院所認定的事實的不同意見，不過上訴人僅是試圖通過提出瑕疵，質疑法院的自由心證，這顯然違反《刑事訴訟法典》第 114 條的相關規定。

9. 案中，原審法院是經詳細綜合分析嫌犯的聲明、輔助人的當事人陳述及多名證人的證言，並結合案中書證，以及根據一般經驗法則及生活常理形成心證，並由此而對上述事實作出認定。

10. 為此，原審法院不存在獲證明之事實上之事宜不足以支持作出該裁判，並無違反《刑事訴訟法典》第 400 條第 1 款及第 2 款 a) 項規定。

11. 綜上所述，本院-認為上訴人的上訴理據不成立，應予駁回。

尊敬的 中級法院在分析一切理據後，請作出公正裁決。

*

輔助人 B 作出答覆，認為上訴人無正當性提起上訴，應不予受理，如不如此認為，應裁定被上訴判決無上訴人所指之瑕疵，並駁回上訴人的請求（詳見卷宗第 346 頁至第 348 頁背頁）。

輔助人提出以下理由（結論部分）：

一. 根據嫌犯提交之上訴陳述內容，其主要指出原審判決存在以下瑕疵：

- 違反《刑事訴訟法典》第 355 條第 3 款 b) 項之規定；

- 違反《刑事訴訟法典》第 400 條第 1 款之規定；
- 違反《刑事訴訟法典》第 400 條第 2 款 a) 項之規定。

二、由於嫌犯於上訴陳述內之主張為本案應判處無罪判決，屬法律定性之問題，故輔助人認為本案之判決沒有違反《刑事訴訟法典》第 355 條第 3 款 b) 項及第 400 條第 2 款 a) 項之規定。

三、輔助人認為原審法院判處嫌犯觸犯一項《刑法典》第 174 條第 1 款結合第 178 條及第 129 條第 2 款 h) 項所規定及處罰之「加重誹謗罪」，罪名成立，但基於符合《刑法典》第 174 條第 2 款 a) 項及 b) 項的要求而不予處罰之決定完全適用法律正確，故被上訴法院所作之判決沒有違反《刑事訴訟法典》第 400 條第 1 款之規定。

四、輔助人認為本案判決沒有對嫌犯作出不利之裁判，嫌犯沒有上訴利益提起上訴，故本案應作出不受理上訴批示。

*

案件卷宗移送本院後，駐本審級的檢察院代表作出檢閱並提交了法律意見，認為應裁定上訴人的上訴理由不成立，並維持原判（詳見卷宗第 357 頁至第 358 頁背頁）。

*

本院接受了上訴人提起的上訴，組成合議庭，對上訴進行審理，本合議庭兩名助審法官相繼檢閱了卷宗，並作出評議及表決。

二、事實方面

原審法院經庭審後認定以下事實：

已獲證明的事實：

- 1) 2013 年 9 月 1 日起，嫌犯 A 在 XX 學校(中學部)擔任教師。
- 2) 2021 年 7 月 21 日下午，上述校長(被害人 B)決定向嫌犯發出解約通知，通知其合約至 2021 年 8 月 31 日終止。
- 3) 下午約 4 時 05 分，嫌犯收到上述通知後隨即表示身體不適(手震、呼吸急促及頭暈)，並自行呼叫救護車，而學校訓導主任 C 和校醫 D 亦隨車陪同嫌犯到仁伯爵綜合醫院治療。
- 4) 當日下午約 4 時 40 分，嫌犯的丈夫來到上述醫院急診室後嫌犯情緒變得激動，當着 C 及 D 向其丈夫哭訴：「我被校長蝦/校長欺凌我」。
- 5) 嫌犯是因被害人在上調其評核分數後相隔不足半小時便以高聲朗讀方式告知自己被解僱而作出上述行為。

*

輔助人自訴書內被視為獲證的事實(除了上述與控訴書相同的事實已獲認定外，尚認定了以下重要事實)：

- 當日下午約四時，在發生上述教師評核事件之後，輔助人決定解僱嫌犯並將此事以書面方式通知嫌犯，並由 E 當著嫌犯面前高聲宣讀解僱信內容，當時輔助人、F 及 G 均在場見證；
- 在 2021 年 7 月 22 日早上約 9 時，輔助人與 C、D 等人召開會議，C 及 D 向輔助人匯報自嫌犯上救護車到急診室接受診治期間的經過。

*

民事起訴狀及答辯狀內被視為獲證的事實(除了上述與控訴書相同的事實已獲認定外，尚認定了以下重要事實)：

- 1) 民事原告 B 自 2015 年 7 月開始擔任 XX 學校校長至今。
- 2) 民事被告自 2013 年 9 月 1 日起任職於 XX 學校擔任英文科系教師。
- 3) 宣讀及通知解僱民事被告時，除民事原告及 E 外，F 亦在場。

*

另外還證明以下事實：

- 嫌犯在知悉自己被解僱後拒絕簽署及接收解僱信。
- E 利用 Y 協助拿取嫌犯手袋到救護車前將該解僱信放入嫌犯的手袋內。
- 根據刑事紀錄證明，嫌犯在本澳無刑事紀錄。
- 嫌犯具學士學位教育程度，任職教師，每月約收取澳門幣 32,000 元，須供養父母及一名未成年女兒。

*

未獲證明的事實：

尚有以下其他載於控訴書、自訴書及民事起訴狀內與上述已證事實不符的重要事實未獲證實(其它載於訴辯書狀屬對本案不重要、屬爭執、屬對證據的分析判斷又或僅屬法律性分析及結論性事實)，尤其包括下列事實，但不限於：

- 1) 刑事部份：
 - a) 控訴書：

- 嫌犯的行為侵犯了被害人作為學校校長的名譽。
- 嫌犯在自由、自願和有意識的情況下，作出上述行為，且清楚知道其行為犯法，會受法律制裁。

b) 自訴書：

- 當日下午約 4 時，在發生上述教師評核事件之後，輔助人隨即與學校行政人員 E、Z、F 及 C 進行商討，各人均認為嫌犯與校內同事不能和諧相處、多次違反校內紀律、與其上司與同事對話態度惡劣，實在難以與嫌犯繼續工作；
- 在當日下午約 4 時 40 分左右，嫌犯見到其丈夫後情緒再次變得激動，她在急診室內高聲地說出：“**我要報警!XX 學校校長欺凌我!**”；
- 當時山頂醫院急診室內有十多名醫護人員及病人清楚聽到嫌犯說出上述言語；
- 嫌犯因深深不忿輔助人運用校長之職權對嫌犯作出解僱而故意且惡意地向第三人將一事實歸責予輔助人，而該事實係侵犯輔助人之名譽或別人對輔助人之觀感，並因此直接對輔助人的名譽及他人對其的觀感造成嚴重傷害。
- 嫌犯在自由、自願及有意識的情況下，其故意在山頂醫院急診室等人流眾多的地方大聲發表侵犯輔助人名譽及影響公眾對輔助人的觀感的言論，其指控輔助人的言論為虛構並且非出於善意；
- 嫌犯清楚知道彼等的行為是法律禁止及處罰。

~

2) 民事部份：

a) 起訴狀：

- 民事原告作為 XX 學校校長在教育界享負盛名，在澳門社會及教育界當中享有非常高知名度。
- 民事原告無論在道德上或者教育專業上都獲得社會之良好評價，這些聲譽都是需要民事原告多年累積的。
- 民事被告故意在山頂醫院急診室等有十多名人士的地方大聲發表侵犯民事原告的名譽及影響公眾對民事原告的觀感的言論，有關言論已經在 XX 學校教職員之間傳開，幾乎導致民事原告多年積累的聲譽毀於一旦。
- XX 學校某部份職員、教師及學生知道民事被告曾經發表侵犯民事原告的不實言論後，他們甚至乎信以為真，面對學校的師生提出的質疑民事原告亦需要為此事多次向外界作出澄清，此舉令到民事原告感到煩擾及身心感到壓抑。
- 發生了本案事件後，民事原告非常擔憂自己會在社會上背負一個“欺凌職員”的壞名聲，民事原告為此感到非常傷心及痛苦。

b) 答辯狀：

- 沒有

三、法律方面

本上訴涉及之問題：

- 欠缺理由說明之裁判無效
- 適用法律錯誤
- 獲證明之事實上之事宜不足以支持作出該裁判

*

上訴人認為：

1. 被上訴判決書的主文部分，關於案件是有罪判決還是無罪判決存在含糊(*obscuridade*)，根據《刑事訴訟法典》第 360 條第 1 款 a 項及第 355 條第 3 款 b 項規定，被上訴判決無效；

2. 被上訴判決適用法律錯誤，上訴人符合《刑法典》第 174 條第 2 款 a 項和 b 項不予處罰的情節，應開釋上訴人被控告的犯罪；

3. 被上訴判決沾有《刑事訴訟法典》第 400 條第 2 款 a 項規定的“獲證明之事實上之事宜不足以支持作出該裁判”之瑕疵。根據案件事實，未能證明上訴人具有侵犯輔助人的犯罪故意，因此，由於上訴人的行為不符合犯罪主觀方面要件，應宣告上訴人無罪。

*

《刑事訴訟法典》第 360 條（判決之無效）第 1 款 a 項規定：

一、屬下列情況之判決無效：

a) 凡未載有第 355 條第 2 款及第 3 款 b 項所規定載明之事項者；或

.....

《刑事訴訟法典》第 355 條（判決書的要件）第 3 款 b 項規定：

.....

三、判決書以主文部分結尾，當中載有下列內容：

.....

b) 有罪決定或無罪決定；

.....

根據《刑事訴訟法典》第 360 條第 1 款 a 項及第 355 條第 3 款 b 項規定，導致判決無效的是未載有有罪決定或無罪決定的內容，而不是含糊(*obscuridade*)的情況，顯而易見且無需更多闡述，上訴人的該上訴理由不成立。

事實上，綜合上訴人的上訴理據，其所提出的上訴理據是本案事實的法律定性問題。

根據卷宗事實：

獲證實顯示：2021 年 7 月 21 日下午，約 4 時 05 分，嫌犯被以高聲朗讀方式通知自己被解約，隨即，嫌犯表示身體不適(手震、呼吸急促及頭暈)，並自行呼叫救護車，而學校訓導主任 C 和校醫 D 亦隨車陪同嫌犯到仁伯爵綜合醫院治療。當日下午約 4 時 40 分，嫌犯的丈夫來到上述醫院急診室後，嫌犯情緒變得激動，當着 C 及 D 向其丈夫哭訴：「我被校長蝦/校長欺凌我」。

公訴書及輔助人的控訴書中未獲證明的事實顯示，未證實嫌犯的行為侵犯了被害人作為學校校長的名譽；未證實嫌犯故意在山頂醫院急診室等人流眾多的地方大聲發表侵犯輔助人名譽及影響公眾對輔助人的觀感的言論，其指控輔助人的言論為虛構並且非出於善意；未證

實嫌犯在自由、自願和有意識的情況下，作出上述行為，且清楚知道其行為犯法，會受法律制裁。

根據上述事實，雖然嫌犯在人流較多的醫院急診室、並當著在場的學校訓導主任和校醫的面大聲說出有關言語，然而，嫌犯當時正在就診中，見到丈夫到來情緒變得激動並向其丈夫說出有關言語，可見上訴人是向其丈夫哭訴自己的感受，原審法院認定未能證實上訴人故意在人流眾多的地方大聲發表侵犯輔助人名譽及影響公眾對輔助人的觀感的言論，是正確的。

既然根據已證和未證事實不能得出上訴人有犯罪的故意，那麼，已經可以據此開釋上訴人被控告觸犯一項《刑法典》第 174 條第 1 款結合第 178 條及第 129 條第 2 款 h) 項所規定及處罰之「加重誹謗罪」，無需再審理是否具備《刑法典》第 174 條第 2 款規定的阻卻事實不法性或罪過而不予處罰的情節。

基於此，裁定上訴人的上訴人理由成立，開釋上訴人被控告之犯罪。

四、決定

綜上所述，合議庭裁定上訴人 A 的上訴理由成立，改判：

-開釋嫌犯 A 被控告的以直接正犯及既遂方式觸犯的一項《刑法典》第 174 條第 1 款結合第 178 條及第 129 條第 2 款 h) 項所規定及處罰之「加重誹謗罪」。

*

本上訴無訴訟費用負擔。

被上訴人/輔助人須支付 2 個計算單位。

—*—

澳門，2023 年 11 月 30 日

周艷平（裁判書製作人）

蔡武彬（第一助審法官）

陳廣勝（第二助審法官）